



A partir de 10 de fevereiro as publicações da SJES serão feitas apenas no Diário Eletrônico

Vence no dia 9 de fevereiro o prazo estabelecido pela Resolução nº 35, de 19 de outubro de 2009, da Presidência do TRF-2, para que o Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (e-DJF2R) funcione efetivamente como veículo oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. **Ou seja, a partir de 10 de fevereiro, as publicações serão feitas somente no Diário Eletrônico, e não mais nos jornais oficiais impressos.**

O e-DJF2R pode ser acessado pelo link <http://vmdjeweb.trf.net/DJE/Paginas/Externas/inicial.aspx>.

Seu funcionamento obedece às regras da Lei 11.280, de 2006, que permite aos tribunais disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meio eletrônico, e da Lei 11.419, também de 2006, que trata da informatização do processo judicial e possibilita às cortes criar, cada uma, o seu Diário da Justiça digital.

Na SJES, a gestão das publicações no Diário Eletrônico é de responsabilidade da Seção de Documentação e Divulgação (Sedod/NAJ), telefone (27) 3183 5002. Dúvidas relativas à parte técnica das publicações serão sanadas pela Seção de Suporte e Atendimento ao Usuário (Sesau), pelo telefone (27) 3183 5124.

Corregedoria do CNJ vai lançar Campanha Nacional pela Paternidade Responsável

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende lançar no primeiro semestre deste ano uma campanha nacional pela paternidade responsável. O objetivo é identificar os pais que não reconhecem seus filhos e estimular que assumam as suas responsabilidades, contribuindo para o desenvolvimento das crianças. Para isso, o CNJ espera contar com a parceria dos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal para que, juntos, viabilizem a superação do problema.

O ponto de partida será os dados já solicitados ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia ligada ao Ministério da Educação, relativos aos nomes, endereços e informações das mães de alunos matriculados na rede de ensino sem a paternidade estabelecida. As informações constam no Censo Escolar coordenado pelo Inep e que levanta dados estatístico-educacionais de âmbito nacional. O Censo Escolar é feito anualmente, com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

O procedimento de reconhecimento da paternidade, que tramita em sigilo e resguarda a intimidade dos envolvidos, começa pelo convite à mãe para que compareça diante de um juiz e indique o suposto pai, caso a indicação já não tenha ocorrido perante o oficial do

Registro Civil. Na sequência, um oficial de Justiça intimará o suposto pai para uma audiência, e se ele reconhecer a paternidade, o processo se encerra. Se o pai indicado manifestar dúvida e desejar a realização do exame de DNA, serão efetivadas parcerias capazes de garantir a realização do teste. Por fim, se houver negativa do imputado pai, os dados colhidos serão remetidos ao Ministério Público ou a Defensoria Pública, a fim de que seja proposta uma ação de investigação da paternidade.

Seguindo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (súmula 301 do STJ), de julho de 2009, o legislador modificou a Lei nº 8.560/1992. Assim, atualmente, a negativa do suposto pai em realizar o exame de DNA no curso da ação de investigação pode caracterizar a presunção de paternidade.

Vários trabalhos de estímulo da paternidade responsável já são desenvolvidos nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina no mesmo sentido.

IS/MM - Agência CNJ de Notícias
- www.cnj.jus.br



Obras das Olimpíadas poderão ter vagas para egressos do Sistema Carcerário

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, antecipou quarta-feira (13) a possibilidade de celebração de mais um acordo permitindo a abertura de novas vagas de trabalho a presos e egressos do sistema prisional, além de jovens e adolescentes em conflito com a lei nas obras necessárias à realização da Olimpíada de 2016. “Esse é um projeto nosso”, afirmou o ministro Gilmar Mendes, em entrevista à imprensa, após a cerimônia no Itamaraty. Na ocasião, foram assinados acordos entre o CNJ, o governo federal, o Comitê Organizador Brasileiro da Copa do Mundo de 2014, além de prefeitos e governadores das 12 cidades sede do mundial para contratação de ex-presidiários nas obras e serviços a serem feitas.

A abertura de vagas no mercado de trabalho para os egressos do sistema prisional é o principal objetivo do Programa Começar de Novo, coordenado pelo CNJ. A iniciativa visa ainda conscientizar a sociedade da necessidade de reinserção social das pessoas que já cumpriram suas penas e precisam de uma alternativa de trabalho para não reincidirem no crime. (...) IS/MM - Agência CNJ de Notícias / Veja mais no www.cnj.jus.br.

Meta 2: Tribunais reduziram estoques para menos de mil processos

Já somam 55 os tribunais que reduziram para menos de mil seus estoques de processos distribuídos até dezembro de 2005 ainda pendentes de julgamento, o que significa que 60,4% dos 91 tribunais do país cumpriram total ou parcialmente a Meta 2 estabelecida pelo poder Judiciário no ano passado. Os dados constam do Processômetro, congelado em 18 de dezembro de 2009, e se referem na sua maioria a julgamentos realizados até novembro. O secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rubens Curado, avalia que o dado final sobre o cumprimento da Meta 2 deverá superar em muito os 2,3 milhões de processos julgados acumulados até essa data.

O número final sobre a execução da Meta 2 será conhecido em fevereiro, durante o III Encontro Nacional do Judiciário. Os tribunais têm até o dia 29 de janeiro para enviarem ao CNJ as informações consolidadas sobre os julgamentos.

Balanco positivo - Embora ainda não sejam os dados finais, o secretário geral Rubens Curado, destacou que o balanço parcial é muito positivo, principalmente pelas lições aprendidas pela justiça brasileira. “O Judiciário com certeza será outro a partir da Meta 2 porque se conhecerá muito mais do que se conhecia antes”, comentou o secretário.

Além de reduzir consideravelmente o número de ações apresentadas antes de 2005 e que ainda tramitavam na justiça, Curado destacou que houve “um grande aprendizado institucional” com a Meta 2 que foi o conhecimento exato do número de processos antigos existentes, a adoção de ações concretas para a sua solução e a identificação dos gargalos que impedem os julgamentos das ações.

Dos 55 tribunais que chegaram a 18 de dezembro com menos de mil processos antigos em suas prateleiras, 19 alcançaram 100% de sucesso no julgamento desses processos. Outros 27 tribunais tinham menos de 100 processos ainda pendentes de julgamento. Nove tribunais tinham um saldo entre 101 e mil processos. O dado parcial geral revela um montante de 2.395.774 processos julgados, o que representa 54% do total. A Meta 2 integra uma lista de 10 metas estabelecidas pelo poder Judiciário em fevereiro de 2009 e tinha o objetivo eliminar os processos anteriores a 2005 até 31 de dezembro de 2009. (...) IS/MM - Agência CNJ de Notícias - Veja mais em www.cnj.jus.br

Licitação para continuidade da execução das obras da nova sede

No dia 19 de fevereiro será aberta, às 13h, concorrência para contratação de empresa de engenharia para execução de parcela remanescente das obras de construção do prédio da sede definitiva da Seção Judiciária do Espírito Santo. A concorrência será realizada na Rua São Francisco, 52, Sala de Licitações (andar 1S), Cidade Alta, Vitória, ES.

O Aviso de Licitação Concorrência nº 01/2010 – Processo

6.597/12/2009-EOF foi publicado no dia 18/01, no Jornal A Gazeta.

De acordo com o diretor do Núcleo de Obras e Manutenção, Carlos Damásio, dentre os serviços a serem realizados, destacam-se: conclusão do estacionamento, piso e forro dos corredores; pintura do prédio; o auditório; portas de vidro temperado; acabamento dos banheiros; armários e balcões; conclusão das instalações elétricas e

paisagismo. Ele ressalta, ainda, que há outros serviços pequenos que também serão realizados.

Além disso, será necessária a realização de uma outra licitação visando a instalação dos equipamentos de segurança do prédio, o que será feito posteriormente.

Mais informações pelo telefone (27)3183 5105 e fax 3183 5094, ou pelo site www.jfes.jus.br.

Direção do Foro edita portaria de Cálculos Judiciais

Com base no Provimento n.67, de 3 de dezembro de 2009, da Corregedoria-Regional da 2ª Região, o juiz federal diretor do foro da SJES editou no dia 12 de janeiro a **Portaria nº ES-POR-2010/00002**, relativa a cálculos judiciais.